

COMENTÁRIOS SOBRE “A RASURA” E SOBRE UM HISTÓRICO DEPOIMENTO DE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA CINTRA

*Para a professora e escritora **Guiomar de Grammont**, autora do livro “Aleijadinho e o Aeroplano”, publicado pela Editora Civilização Brasileira, em 2008.¹*

No ano de 2002 aconteceu o lançamento (em São João del-Rei e em Belo Horizonte) do livro do professor são-joanense Oyama de Alencar Ramalho - “A RASURA – Francisco de Lima Cerqueira e Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho, ainda...”. A obra, uma edição luxuosa e ilustrada com formidáveis imagens e fac-símiles capturados por Miguel Pacheco e Chaves, foi prefaciada por Aristides Junqueira Alvarenga;² as orelhas foram escritas por Abel de Lacerda Botelho. A apresentação foi deste escriba. O livro também foi lançado em Portugal, na cidade do Porto, através da Fundação Lusíada, em 2003.

No seu trabalho, o prof. Oyama alertou-nos a respeito da dúvida a respeito da autoria do projeto arquitetônico (ou o *risco*, como muitos dizem) da construção da igreja de São Francisco de Assis, em S. João del-Rei e traçou alguns comentários sobre atos daqueles que, na ânsia de valorizarem as obras de arte, buscam certificação de que elas sejam creditadas a algum autor famoso. É evidente que essas ações sempre existiram e, infelizmente, ainda existirão no campo da arte.

O que está exposto no livro “A Rasura...” é a preocupação do autor com a alteração que se apresenta na ata datada de 11 de setembro de 1785, parte integrante do Livro de Termos e Pastorais da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis (1751-1832). Esta emenda é em favor da participação de Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho – na arquitetura religiosa de São João del-Rei; na ata, o nome dele foi anotado à margem, com caligrafia e tinta que parecem não ser a da mesma época em que a ata fora redigida. Como sempre, o “criminoso” deixa seus rastros: displicentemente, o afoito rasurador parece ter se esquecido de ler o resto do documento, pois se esqueceu de rasurar o (mesmo) nome que estava escrito no (mesmo) termo, um pouco mais adiante. Oyama sugeriu que, para dissipar a dúvida, pudesse ser feito exames periciais, grafotécnicos e de datação da tinta daquela suposta alteração.

O professor Oyama, ao lançar o seu livro, foi alvo de alguns comentários injustos e desairosos, feitos por aqueles que costumam mexericar pelas esquinas são-

¹ Guiomar de Grammont é graduada em História, Licenciatura Plena e Bacharelado, pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais. Cursou Especialização em Cultura e Arte Barroca no Instituto de Arte e Cultura da mesma Universidade. Realizou o Mestrado em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, cursa o Doutorado em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. Frequentou os cursos da *Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales* de Paris durante o ano de 1999 e primeiro semestre de 2000. No livro referenciado, ela “questiona a paternidade do artista e até mesmo se ele seria tão deformado, já que não existem provas documentais ou materiais de sua doença, ou do impacto que ela teve no seu trabalho. Além disso, sua obra não foi tão vasta quanto se afirma, e muitas peças atribuídas a ele seriam frutos de uma criação coletiva, de um ateliê. Um efeito colateral desse processo seria o ostracismo a que foram relegados diversos artistas da época, em prol do mito Aleijadinho. Guiomar mostra que o “personagem de ficção” Aleijadinho, como uma espécie de Quasímodo tropical, foi criado e recriado de forma fantasiosa desde sua primeira biografia, escrita por Rodrigo José Ferreira Bretas em 1856, vinculada a um ideal romântico típico da época. Bretas teria inventado, por exemplo, um pai branco português para o artista, para torná-lo mais palatável como herói nacional do Segundo Reinado”.

² São-joanense, filho de Luiz de Melo Alvarenga (que foi confrade deste IHG) e de D. Alice Junqueira Alvarenga; Aristides Junqueira exerceu o cargo de Procurador Geral da República no período de 28/06/1991 a 28/06/95.

joanenses, no melhor estilo de quem diz detestar mentiras, mas que, em compensação, inventam suas “verdades”. Contudo, não houve quem viesse a público para contestar os seus escritos de forma inteligente, organizada ou bem fundamentada. O assunto rendeu muitos comentários, principalmente nas conversas daqueles e/ou daquelas que preferem *falar pelo simples hábito de falar*. Este articulista, na qualidade de escritor da apresentação da obra, também foi alvo de comentários irônicos e até de chacotas, quando os zombeteiros afirmavam nas entrelinhas que os envolvidos com o livro estavam tentando acabando com uma “coisa” que fazia muito bem a São João del-Rei (no caso específico, a “coisa” era a crença em ter obras do Aleijadinho aqui, ainda que elas não estivessem comprovadas documentalmente). Mas, dentre os *faladores de plantão*, não houve quem tentasse organizar um seminário, simpósio ou qualquer reunião semelhante e que viesse tratar do assunto com grandeza, apresentando um contraditório com boa fundamentação histórica ou com base em outras respeitáveis fontes documentais primárias.

O livro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, fonte primária da mais alta importância, foi submetido a processo de tombamento pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de São João del-Rei (CMPPC), resultando desse processo a sua proteção, na forma de tombamento isolado;³ além de outras recomendações, constou do ato de tombamento a advertência para que o IPHAN pudesse providenciar “os exames periciais, grafotécnicos e de datação da rasura, apoiando as iniciativas de terceiros que venham a facilitar a realização dos referidos exames, com a permissão expressa dos órgãos responsáveis pelo tombamento da peça”. Desde 22 de abril de 2002, até o momento, essa recomendação pericial ainda não foi oportunizada pelo CMPPC ou por estudiosos que estejam aptos a reexaminar a História com a finalidade de restabelecer a verdade, ou a de chegar cada vez mais perto dela, elucidando os fatos nebulosos que até hoje continuam gerando interpretações indevidas. Uma réplica do livro e uma versão digital foram doadas para a Ordem de São Francisco, através do então recém criado Centro Regional de Documentação das Vertentes (CRDV).⁴

Ainda que exaltada e parcial, apenas uma manifestação escrita foi oposta à obra escrita pelo professor Oyama; ela se deu através de um artigo intitulado “Atiçando o Borrão da História”, escrito com paixão (o que certamente lhe ofuscou a razão) pelo finado Mário Sérvulo Soares da Matta e publicado neste Jornal de

³ Outros livros do arquivo da Ordem também merecem atenção e poderão ser protegidos unitariamente. O Livro de Termos que foi tombado é manuscrito, mede 36cm de altura x 25,5cm de largura, com aproximadamente 6 cm de dorso; está encadernado em capa dura, enfeitada com desenhos simples em tinta dourada nas bordas; está inscrito em seu dorso *Livro de Pastorais e Termos da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de S. João Del Rei*. As suas folhas estão bem cuidadas (é visível que passou por processo de conservação). O livro inicia-se com o registro do termo de abertura datado de 23.11.1751, lavrado e assinado por Frei Boaventura de S. Salvador Cepeda; o primeiro termo registrado data de 25.11.1751 e o último termina com o registro do termo datado de 10.11.1832. O livro tem as folhas numeradas manualmente no canto superior direito, em caligrafia recente e tinta diferente da dos registros termais, sendo que a numeração inicia-se com o número 1 e vai até o número 186; há, depois da folha 186, um índice recente, elaborado em papel timbrado do Ministério da Educação e Cultura, com de 13 folhas numeradas à parte, indica as páginas e os assuntos dos termos ali contidos. Depois desse anexo há uma folha original, indicada com o número 187 e mais duas que se seguem, também originais, sem numeração.

⁴ Oyama de Alencar Ramalho escrevia o livro “A Rasura, Francisco de Lima Cerqueira e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho ainda...” e necessitava do fac-símile de uma página do Livro de Pastorais e Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, 1751-1832. Assim, convidou o Dr. Miguel Francisco Pacheco e Chaves para capturar o documento através de fotodigitalização. Naquele momento, surgiu uma pergunta: por que não capturar o livro inteiro? Assim foi feito! Criado o Centro Regional de Documentação das Vertentes - CRDV, em 8 de janeiro de 2002, do qual fez parte como sócio fundador o Dr. Miguel Pacheco e Chaves, generosamente este empresário fez nos estúdios da RCS Arte Digital/SP uma réplica do Livro de Pastorais e Termos para que o Centro Regional de Documentação das Vertentes pudesse repassá-lo a Venerável Ordem Terceira. A entrega ocorreu dentro da programação oficial do 15º Inverno Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei (2002). O CRDV não conseguiu os patrocínios esperados para a sua implantação definitiva, e, atualmente, está desativado.

Minas, na sua edição de outubro de 2002; encolerizado, Mário da Matta alegava que “A Rasura...” era “mais uma obra de ficção”, que era uma “devassa” no passado, uma nova “inquisição”, um “terror cultural”, um “processo criminal extemporâneo” e que ela apresentava “argumentação dispersiva”... As colocações dele, como não poderiam deixar de acontecer, mereceram a devida réplica e foram integralmente elucidadas, ponto por ponto, pelo autor do livro, através do artigo “Replicando o Borrvalho da História”, publicado neste Jornal de Minas, em sua edição nº 15, datada de novembro de 2002. Sobre o que escreveu o prof. Oyama, embora até se esperasse, não houve a tréplica do encolerizado Mário da Matta.

No entanto, quando o professor Oyama chegou a Portugal para fazer o lançamento do seu livro, já estava em Lisboa uma *furiosa* carta de Mário Sérvulo Soares da Matta, na qual ele tecia considerações deselegantes e carentes fundamentos contra o lançamento que estava prestes a acontecer. A correspondência fora endereçada ao Dr. Abel de Lacerda Botelho (presidente da Fundação Lusíada, que copatrocinou a obra em conjunto com a RCS Arte Digital-SP); de forma sorrateira, a carta tentava desqualificar o autor do livro e os seus patrocinadores. A descrédito disso, o livro foi lançado com muita pompa e circunstância, no dia 11 de abril de 2003, no Centro Regional do Porto da Universidade Católica, dentro da programação do Colóquio “O Pensamento e a Obra de Pinharanda Gomes”.⁵

Dizem que “o tempo é o senhor da razão”. Assim, só quando o tempo derruba algumas máscaras é que podemos começar a compreender certas atitudes com mais clareza. Agora compreendo a razão daquele imenso desconforto manifestado pelo sr. Mário da Matta com relação ao assunto da rasura que está feita no Livro de Termos da Ordem de S. Francisco. Mário Sérvulo Soares da Matta era neto de Samuel Soares de Almeida. Então, a ojeriza manifestada, no entendimento deste articulista, deve ter sido um caso de desesperada tentativa de defesa da honra de um familiar; era o neto defendendo o avô! Foi isto o que pude concluir ao assistir um vídeo comemorativo dos 25 anos de fundação do IHG de São João del-Rei, produzido por João Paulo Guimarães (do StudioJPV) e que está disponibilizado no site deste IHG (em “Vídeos Interessantes/Entrevista com Sebastião de Oliveira Cintra). Na gravação há um depoimento histórico sobre a existência da rasura e sobre quem foi o rasurador, pessoa que, segundo o entrevistado, “tinha mania de Aleijadinho”.

Para terminar estas minhas breves elucubrações, deixo aqui mais um registro: em 01 de novembro de 2006, atendendo aos apelos para fomentar ações culturais no bojo do projeto “Capital Brasileira da Cultura 2007” – CBC 2007⁶, uma provocação foi encaminhada para a direção da Biblioteca Nacional/RJ, com a finalidade de que ela pudesse devolver para o Acervo Eclesiástico de São João del-Rei o “Livro de Assento de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Villa de São João d’El-Rey”; esse livro é a fonte primária que contém o registro de assentamento de batismo do menino Joaquim José da Silva Xavier, nosso

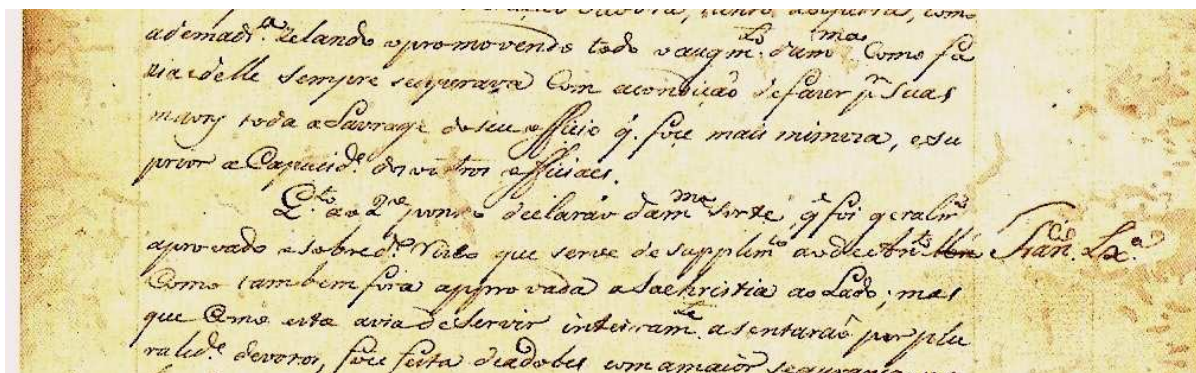
⁵ Pinharanda Gomes é pensador e pesquisador português; nasceu em Quadrazais, Concelho do Sabugal, em 1939.

⁶ São João del-Rei foi eleita “Capital Brasileira da Cultura 2007”. Concorreu com Mariana-MG, Mossoró-RN, Santa Maria-RS e Sta. Cruz Cabrália-BA. Anualmente uma cidade é eleita com o título de CBC, a partir de uma visão ampla e antropológica do significado da cultura na formação da identidade do povo brasileiro, considerando as manifestações artísticas, intelectuais, sociais e econômicas. A cidade eleita realiza uma série de atividades elaboradas em um calendário anual de manifestações culturais, de forma a projetar, divulgar e potencializar a cultura local. Olinda foi a CBC em 2006. S. João del-Rei foi a segunda cidade eleita, no ano de 2007. Em 2008 a CBC foi Caxias do Sul-RS. A CBC 2009 é São Luís-MA. O título de CBC 2010 foi disputado pelas cidades de Bento Gonçalves (RS), Campo Mourão (PR), Gramado (RS), Lapa (PR), Paranaguá (PR), Paraty (RJ), Prados (MG), Ribeirão Preto (SP), Santo Amaro (BA) e Senador Pompeu (CE); foi eleita a cidade de Ribeirão Preto (SP). O projeto tem o apoio do Ministério da Cultura, do Turismo e da Unesco.

conterrâneo que mais tarde foi cognominado de “Tiradentes”.⁷ Tardiamente, em 27 de janeiro de 2008, o Dr. Muniz Sodré, presidente da Biblioteca Nacional, através de ofício, assim nos respondeu: “o referido livro foi comprado por ordem do Ministro da Educação a Samuel Soares de Almeida, juntamente com outros documentos relativos a Tiradentes, em dezembro de 1938, pelo valor de 6:000\$000 de réis...”.⁸ No vídeo referenciado, Cintra traz à tona importantes considerações sobre quem é que costumava vender “bateladas” de documentos históricos desta cidade.

Assim, sugiro que os leitores possam assistir ao vídeo na internet⁹ e meditem profundamente sobre o lúcido depoimento de Sebastião de Oliveira Cintra para depois retirar as próprias conclusões, compartilhando-as com as deste modesto escriba.

Detalhe da rasura feita na ata de 11 de setembro de 1785 do Livro de Termos da Ordem Terceira de São Francisco:



Observar que do nome **An.º Mrz.** (Antônio Martins) riscaram o **Mrz.**, e acrescentaram à margem o **Fran.º Lx.ª**, formando **An.º Fran.º Lx.ª**, ou seja: Antônio Francisco Lisboa!

Fonte: Reprodução de parte do fac-símile nº 6 do livro “A Rasura”, página 89; a foto original é de Miguel Pacheco e Chaves/RCS Arte Digital.

N. do Autor: este artigo foi escrito em setembro de 2009 e sua versão reduzida foi publicada no Jornal de Minas (São João del-Rei – Ano IX – Edição nº 105 – 24 a 31/08/2009, pág. 2).

⁷ Esta iniciativa, em 2006, foi encabeçada pela Academia de Letras de São João del-Rei, através da sugestão do prof. Oyama de Alencar Ramalho ao então presidente prof. Antônio Guilherme de Paiva. Endossaram o pedido, através de seus dirigentes: Prefeitura Municipal de São João del-Rei, Câmara de Vereadores de São João del-Rei, Universidade Federal de São João del-Rei, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei, Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, IPHAN, Diocese de São João del-Rei, Fundação Museu de Arte Sacra, CEREM, Memorial Dom Lucas Moreira Neves e Memorial Tancredo Neves. Como o assunto não prosperou bem na Academia de Letras, a atual presidência deste IHG, com a intenção de que o assunto não fique esquecido, na qualidade de uma das entidades subscritoras do pedido inicial, está tentando novas e enérgicas ações para que o livro original possa ser “repatriado” para o acervo documental da cidade de S. João del-Rei.

⁸ Diante deste fato uma pergunta permanece ainda sem resposta: *seria legal que o tal de Samuel Soares de Almeida pudesse vender (e a Biblioteca Nacional pudesse comprar!) um livro que não lhe pertencia?* O referido livro era parte integrante do acervo da então *Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Villa de São João d' El-Rey*, atual Paróquia de Nossa Senhora do Pilar da cidade de São João del-Rei, local de onde nunca deveria ter saído.

⁹ Acesse o vídeo através do link: http://www.youtube.com/watch?v=MEhG8Z8yrGM&feature=player_embedded